

**ATA Nº 124, DA 124ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
UNIVERSITÁRIO (CONSUNI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Data: 28 de agosto de 2025.

Local: via *webconferência*.

Horário: 08 horas e 45 minutos.

Participantes:

Reitoria: Edward Frederico Castro Pessano, Presidente e Francéli Brizolla, Vice-presidente. Os diretores das unidades: **Alegrete**, Gustavo Fuhr Santiago; **Bagé**, Pedro Fernando Teixeira Dorneles; **Caçapava do Sul**, José Waldomiro Jiménez Rojas; **Dom Pedrito**, Nádia Fátima dos Santos Bucco; pelo Campus **Itaqui**, Prof. Vinícius Piccin Dalbianco; **Jaguarão**, Silvana Maria Gritti; **Santana do Livramento**, Alexandre Vicentine Xavier; **São Borja**, Valmor Rhoden; **São Gabriel**, Luciana Borba Benetti e **Uruguaiana**, Cheila Denise Ottonelli Stopiglia. Os representantes das **Comissões Superiores**: Natália Braun Chagas (**CSE**) e Marcelo Hahn Durgante (**CSExt**). Os pró-reitores: pela **PROGRAD** o Prof. Elenilson Freitas Alves; pela **PROEC** o Prof. Udo Eckard Sinks; Fabio Gallas Leivas **PROPI**; Honória Gonçalves Ferreira, **PRODAE**; pela **PROGEPE** o TAE Daniel dos Santos Viegas; Paulo Fernando Marques Duarte Filho, **PROPLADI** e Claudete da Silva Lima Martins, **PROCADI**. Os representantes **docentes**: Augusto Gonzaga Oliveira de Freitas, Cássia Regina Nespolo, Cristiano Galafassi, Cristiano Peres Oliveira, Elton Luís Gasparotto Denardin, Felipe Pivetta Carpes, Hélvio Rech, Jeferson Luís Lopes Goularte, José Guilherme Franco Gonzaga, Juan Saavedra del Aguila, Mauro Fonseca Rodrigues, Rafael Vitória Schmidt, Régis Sebben Paranhos e Renata Patrícia Corrêa Coutinho. Os representantes **TAEs**: Alexandre dos Santos Villas Bôas, Ana Eveline Viana Marinho, Camila da Costa Lacerda Tolio Richardt, Domingos de Mello Aymone e Luciano Antonelli Becker. Os representantes **discentes**: Angelita Sohn Ribeiro Salles, Francisco Orlando Martins da Silva, Gabriel Augusto Fernandes Barbosa, Nathália Pinheiro Martins e Paulo Fornasier.

Justificaram a ausência os conselheiros: José Carlos Severo Corrêa, Elena Maria Billig Mello, Franck Maciel Peçanha, Eder Pereira da Silva.

Ausentes sem justificativas os conselheiros convocados: Leandro Carlos Dias Conde, César Flaubiano da Cruz Cristaldo e Mauro Rodrigues Oviedo.

Participando da reunião também os servidores: Gelsa Mara Nascimento de Mora, Pró-reitora Adjunta de Planejamento e Administração; Michel Rodrigues Iserhardt, Procurador Institucional e a professora Denise Aparecida Moser, Coordenadora do Curso de Letras EAD do Campus Jaguarão.

O Presidente iniciou informando aos conselheiros que estava em Foz do Iguaçu a convite do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da

República, na Itaipu Binacional, onde apresentará as atividades da UNIPAMPA, como contribuições em áreas estratégicas de fronteira; também participando desse evento, a UNILA e a Universidade de Grande Dourados. Explicou que solicitou licença para poder participar desta sessão e, por isso, se a pauta não for vencida até às 12 horas, a Vice-presidente, Prof.^a Francéli Brizolla, presidirá a reunião no turno da tarde.

Pauta:

1. Posse de novos conselheiros:

- 1.1. Professor Vinícius Piccin Dalbianco, pela Direção do Campus Itaquí;
- 1.2. O TAE Daniel dos Santos Viegas, pela PROGEPE;
- 1.3. Pró-reitor Adjunto da PROGRAD, Professor Elenilson Freitas Alves; e
- 1.4. Professor Udo Eckard Sinks, pela PROEC.

2. Informações da Reitoria:

2.1. O Presidente informou sobre o encaminhamento não formal da sugestão feita pelo conselheiro Régis Paranhos no início do ano, relacionada à regulamentação para uso e destinação das emendas parlamentares recebidas pela Universidade. Relembrou que, naquele momento, discutiram a dificuldade de operacionalização do processo de equidade e igualdade entre as unidades da Reitoria e os dos *campi* em relação a destinação dos recursos provenientes de emendas, objetivando o direcionamento para ações consideradas prioritárias na instituição em detrimento de outras nem tão importantes. Disse que foi formado um GT que apresentou uma proposta de Instrução Normativa ao invés de uma proposta de Resolução, haja vista a UNIPAMPA ser pioneira e ser um trabalho experimental nesse processo de regulamentação das INs em relação às IFES; pelo pioneirismo e por acreditarem que o processo pode ter correções e ser aperfeiçoado, entendem que uma instrução normativa é o caminho, por ser de fácil alteração. Explicou que, uma vez que a proposta foi feita no Pleno, não podem se furtar de consultar os conselheiros sobre o documento que está sendo elaborado. Solicitou o encaminhamento da proposta (que passa a integrar os documentos da reunião), para todos os conselheiros via *e-mail* da Secretaria, considerando que as destinações das emendas para 2026 iniciam dia 16 de setembro e que, nesse prazo de seis a dez dias, os conselheiros discutam com seus pares e retornem com sugestões para a versão final dessa IN, que deve ser emitida até o início do processo das novas destinações. Destacou que a sugestão do conselheiro Régis foi uma discussão muito bem acolhida pelo Conselho, a partir de um ponto de pauta. O Presidente sugeriu até o dia 08 de setembro para devolutiva dos conselheiros ao material já encaminhado pela Secretaria do CONSUNI, dando ainda um prazo para o GT compilar essas sugestões.

2.2. Na sequência, o Presidente informou a decisão de a Sessão Solene de entrega do título de Doutor *Honoris Causa* aos 4 Troncos Missionários seja realizada em São Luiz Gonzaga, cuja sessão será presencial e de responsabilidade da UNIPAMPA e, na sequência, um evento cultural totalmente programado e financiado pela cidade de São Luiz Gonzaga, com a possibilidade de assistirem ao homenageado, Pedro Ortaça. A seguir,

passou a palavra ao conselheiro Augusto de Freitas que informou sobre a definição dos espaços, destacando que o momento cultural acontecerá no GTC Galpão de Estância, que teve como um dos seus fundadores o poeta Jaime Caetano Braun; informou também que estão buscando descontos com a rede hoteleira da cidade para todos os servidores da Universidade que participarem do evento. O Presidente disse que é importante compartilhar que as vestes talares não estão em condições adequadas ao uso e que acredita não haver tempo hábil de fazer um aproveitamento dessas vestes, quando então surgiu a dúvida se tentam usar as vestes talares para todos os conselheiros ou se fazem como aconteceu na outorga do título a Oliveira Silveira, que foram vestes sociais; que a veste somente foi usada pelo Reitor à época, Prof. Roberlaine Jorge. Desta forma, somente usariam as vestes talares o Reitor e o homenageado, Sr. Pedro Ortaça, mas que a decisão será deliberada pelos conselheiros em outro momento, que este era um comunicado para que todos já pudessem ir pensando.

O Presidente passou para o último informe, que é sobre a situação orçamentária e financeira que, como é de conhecimento de todos, estão em uma força coletiva com as outras universidades federais buscando suplementação orçamentária e financeira desde o anúncio do PLOA em 2024 e que se fortaleceu com a efetivação da LOA em maio deste ano, momento em que, além de não termos tido a suplementação, tivemos cortes orçamentários e restrições de limites de empenhos, momento em que as universidades se reuniram com o Presidente da República, conseguiram reverter o corte e tiveram a recuperação dos valores e o desbloqueio dos limites orçamentários, salvando a instituições naquele momento. Destacou que, contudo, não houve suplementação e que o orçamento não é acompanhado do volume de correções dos contratos, ocasionando insuficiência orçamentária acumulada há anos, provocando, com isso, uma diminuição nas políticas institucionais: as pró-reitorias recebem menos recursos, os *campi* não conseguem uma correção orçamentária há uns seis anos, o que causa prejuízo a todos, considerando que todos os insumos sofrem correção, tudo aumenta, luz, água, contratos, combustíveis e, para que esses compromissos sejam cumpridos pela instituição, outras áreas sofrem a falta de investimentos. Informou que apesar do panorama, estão em condições de cobrir até dezembro, todas as obrigações relacionadas à parte acadêmica (bolsas, água, luz e editais), o que acontece hoje é uma limitação bastante significativa para pagamento dos contratos, existindo uma insuficiência daqueles mesmos 14 milhões de reais que buscam desde o início do ano. Deu conhecimento de que, na semana passada, ele e a Vice-reitora estavam em Brasília e, em agenda com o Secretário da SeSU, entregaram uma planilha mostrando a saúde financeira da Universidade; também estavam presentes as reitoras da UFPel e da FURG, cujas instituições também se encontram em situação bem semelhante. Ressaltou que as demais instituições do estado conseguem ter um fôlego maior, porém também não conseguem chegar até o fim do ano e, por isso, foi reiterada pelo Secretário a busca por esses recursos. Destacou que não será o valor de 14 milhões que são necessários, mas que aguardam um valor que cubra as despesas com os contratos até o fim de outubro/início de novembro e, na virada do ano, com o novo orçamento, conseguiriam cumprir os meses que ficaram em aberto. Disse que é uma situação geral das universidades,

algumas com problemas maiores e outras menores. Explicou que o panorama apresentado ao Secretário foi rapidamente conversado com o Ministro, quando da posse das novas reitoras, demonstrando que uma ruptura coletiva das instituições significaria uma demissão em massa nas empresas hoje contratadas, conseqüentemente, ocorreria a suspensão das atividades acadêmicas por falta de condições no início de um ano bastante importante por ser um ano eleitoral. Desta forma, que estão bem esperançosos que a situação seja resolvida até outubro, que é a *deadline* que as universidades deram para o governo.

2.3. Na sequência, o conselheiro Paulo Fernando Marques Duarte Filho, Pró-reitor da PROPLADI disse que a explanação do Presidente foi completa. Relatou que, na semana anterior, participaram do FORPLAD, quando se tem a visão da situação orçamentárias das IFES. Disse que algumas instituições estão se mantendo somente com as emendas de bancadas, o que é uma situação totalmente atípica; que, apesar da importância das emendas, demonstra que a situação orçamentária não está nada favorável. Destacou que viraram 2023 e 2024 devendo novembro e dezembro de alguns contratos; que agora, por opção da Gestão, não irão impactar nenhum programa institucional, tanto das pró-reitorias, como das demais unidades. Apontou o esforço para manterem o orçamento do SIEPE e dos programas que estão sendo criados, como o apoio à maternagem; além disso, há um grande número de contratos; disse que esse desmonte começou anos atrás, inclusive com perda de códigos de vagas. Explicou que agora há serviços especiais para manutenção dos estudantes na Universidade; cuidadores para alunos deficientes e que todas essas despesas não acompanham e aumentam a conta do valor de custeio que vem para a UNIPAMPA; que o índice de reajuste dos contratos é em torno de 7,5 a 8% e a correção do IPCA varia entre 3,87 e 4%, portanto, só crescendo essa conta. O pró-reitor informou que hoje o valor a ser distribuído entre as pró-reitorias e as demais Unidades é algo em torno de 7 milhões de reais; que de contratos terceirizados de julho a dezembro, algo próximo de 11 milhões de reais; que, para fechar totalmente a conta, necessitam de um crédito orçamentário de 19 milhões. Entretanto, a disponibilidade na 20RK é de algo próximo a 6 milhões e 100, que resulta em uma insuficiência orçamentária de 13 milhões e meio de reais; exemplificou com as empresas de segurança, que já afirmaram não terem capital de giro para bancar as folhas salariais por 90 dias, implicando a redução de postos de trabalho. Explicou que não está tentando justificar, mas que o assunto precisa ser compartilhado; disse que tanto o Reitor como a Vice-reitora estão sempre levando a Brasília pedidos de suplementação orçamentária, assim como ele a Pró-reitora Adjunta de Planejamento e Administração, Gelsa Mara Nascimento de Mora, estão em constante conversa com as empresas para não colapsarem os atendimentos imprescindíveis para as Unidades. Destacou que a estratégia é a manutenção dos programas de bolsas e os programas institucionais para manterem a atividade-fim da Universidade, que é ensino, pesquisa, extensão, gestão de qualidade e atendimentos de urgência, que são suportes fundamentais para as atividades de ensino. Disse que trouxe o assunto para conhecimento e na expectativa que surjam ideias colaborativas para a solução do problema. A seguir a Vice-reitora, Prof.^a Francéli Brizolla, colocou-se à disposição para uma maior amplitude do debate.

3. Recomposição de Comissões:

3.1. Comissão Especial do Regimento da Reitoria: um TAE: Camila Richardt e Domingos Aymone.

3.2. Comissão Especial para Novas Normas Eleitorais: um TAE: Camila Richardt e Domingos Aymone.

3.3. Comissão para revisão do regime disciplinar discente no Regimento Geral: mínimo de um representante de cada categoria: Camila Richardt, Alexandre Villas Boas, Nathália Martins, Cristiano Peres Oliveira, José Guilherme Gonzaga, Francisco Orlando Martins.

Resultado: aprovadas todas as recomposições por UNANIMIDADE. Ausentes no momento da votação os conselheiros: Valmor Rhoden, Ana Eveline Marinho e Gabriel Barbosa.

4. Inclusões e exclusões de pauta (Assuntos Gerais):

4.1. A conselheira Silvana Gritti solicitou a exclusão do item **6.5.** da pauta. A conselheira justificou a recusa do Curso de Letras do Campus Jaguarão em transformar a oferta dos cursos institucionais e UAB em semipresenciais, por entenderem que, da forma como está colocado, passam a ideia de que se rompe com a autonomia do curso na possibilidade de deliberar sobre a questão, uma vez que foram consultados sobre. Explicou que a deliberação veio do resultado de uma consulta; que, fundamentadamente, tiveram esse posicionamento porque não há conhecimento de como funcionarão os cursos semipresenciais, por isso não podem assumir a oferta de cursos à distância, que são o Letras institucional e o curso UAB com um único PPC e os dois cursos estão articulados; com uma discussão histórica no Campus Jaguarão de promover essa desarticulação para que fiquem engessados nas possibilidades de ofertas. Disse que estão debatendo no *campus* e colocaram no processo uma moção de apoio da plenária realizada acerca da deliberação do Conselho de Campus e da Comissão Local de Ensino. Disse que o NDE do curso se posicionou favorável à continuidade dos cursos na modalidade presencial, entretanto a CLE e o Conselho colocaram objeções e foram contrários. A conselheira pediu a exclusão do ponto de pauta para que possam fazer uma discussão e darem conhecimento; que, da forma apresentada, constrange os conselheiros a deliberarem sim ou não a uma decisão do Conselho de Campus que é desfavorável à oferta desses cursos no formato semipresencial, já que a forma de encaminhamento permitia adesão ou não. Entende que uma decisão do CONSUNI hoje romperia um processo democrático de deliberação do *campus* em relação a uma não oferta, considera a necessidade de mais debate ou de mudar a forma de encaminhamento se a ideia for aprovar os cursos na modalidade semipresencial. Explicou que não é uma questão de querer ou não querer ofertar na modalidade semipresencial, mas se apropriarem melhor do assunto.

O Presidente fez a sugestão de manter o ponto **6.5.** para discussão. Obviamente, se os conselheiros optarem por manter o ponto na pauta e, se após os debates, a conselheira, como Presidente do Conselho de Campus, ainda persistir com a ideia, pediria vista ao processo. O Presidente justificou que a simples exclusão faz com que o curso seja ofertado em 2026, uma vez

que só o CONSUNI pode interromper a oferta, indo contra a votação do *campus*. A conselheira disse entender que não devem deliberar sobre o tema porque não tem elementos suficientes e optou por manter o pedido de exclusão.

4.1.2. A conselheira também solicitou a inclusão de um debate sobre a de criação de um GT para modelos alternativos de ofertas de RUs. Explicou que o Campus Jaguarão enfrenta problemas, pois, desde maio, estão sem a oferta de restaurante e com uma perspectiva bem difícil. Disse que ontem uma empresa visitou o *campus*, mas que também recuou. Continuando, a conselheira expôs que, dadas a natureza e as dificuldades enfrentadas já encaminharam à Reitoria e à PRODAE a solicitação desse grupo de trabalho, que pense novos modelos de ofertas de fornecimento de alimentação contínua aos discentes. Ressaltou que o GT precisa pensar um modelo que se ajuste melhor ao contexto da UNIPAMPA em relação à oferta de alimentação escolar.

4.2. O conselheiro Régis Paranhos solicitou que fosse estabelecida uma data para uma Reunião Extraordinária, para que a Comissão das Novas Normas Eleitorais apresentasse aos demais conselheiros o trabalho elaborado ao longo de quase dois anos.

4.3. O conselheiro Juan del Aguila solicitou inclusão para tratar sobre o concurso para preenchimento de vagas TAEs. O conselheiro exaltou a necessidade de técnicos no Campus Dom Pedrito, lembrando que o próximo ano é um ano eleitoral. Também comentou o orçamento, afirmando que as condições de trabalho, cujo objetivo-fim de dar aulas é gravíssimo, uma vez que, no Curso de Enologia, há aulas práticas e que precisam de materiais e viagens para visitar vinícolas e vinhedos; que, em todos estes anos em que está trabalhando na Universidade, é a primeira vez que não tem orçamento para executar aulas práticas. Solicitou que este assunto seja levado a Brasília como forma de demonstrarem a precarização do ensino. Deu ciência de que, neste momento, está com os alunos na Estância do Pampa, dentro do vinhedo experimental, pois é época de poda e isso tem ciclo. Explicou que, para realizar as amarras, precisou pedir a colaboração dos colegas docentes e TAEs, a fim de adquirir os materiais para a aula; que isso está terminando com uma coisa que se gosta muito de falar: ensino gratuito e de qualidade; disse que, na próxima semana, tem uma visita da disciplina de Agroecologia e deverá levar alguns discentes com o seu carro e solicitar a um aluno que se disponibilize a dar carona a outros, já que não possuem condições de aprovar o transporte, e que isso está totalmente errado; que esta situação não deve acontecer somente no Campus Dom Pedrito e que Brasília deveria estar sabendo; que uma diminuição de viagens e diárias do governo federal possa ajudar a minimizar este grave problema orçamentário do ensino. O Presidente disse que este desabafo do conselheiro deve ser considerado uma inclusão de pauta e ser debatido como orçamento nos assuntos gerais.

Resultado: aprovada por maioria a exclusão do item **6.5**. Votos contrários dos conselheiros: Camila Richardt, Nathália Martins e Paulo Fornasier. Ausentes no momento da votação os conselheiros: Fabio Leivas, Angelita Salles e Gabriel Barbosa.

Resultado: aprovadas as inclusões com abstenção do conselheiro Gabriel Barbosa. Ausentes no momento da votação: Angelita Salles e Francisco Orlando da Silva.

Ordem do dia:

5. Apreciação de Atas:

5.1. Origem: Secretaria do CONSUNI. **Objeto:** Ata da 122ª Reunião Ordinária, realizada via *webconferência* dia 24/04.

Resultado: aprovada por maioria. Abstiveram-se os conselheiros: Elenilson Freitas Alves, Daniel Viegas, Elton Denardin, Rafael Schmidt, Renata Coutinho, Camila Richardt e Domingos Aymone. Ausente no momento da votação: Luciana Benetti, Hélyvio Rech, Angelita Salles e Francisco Orlando da Silva.

5.2. Origem: Secretaria do CONSUNI. **Objeto:** Ata da 123ª Reunião Ordinária, realizada via *webconferência* dia 26/06.

Resultado: aprovada por maioria dos participantes. Abstiveram-se os conselheiros: Valmor Rhoden, Elenilson Freitas Alves, Daniel Viegas, Régis Paranhos, Renata Coutinho, Camila Richardt, Domingos Aymone e Edward Pessano. Ausentes: Luciana Benetti, Hélyvio Rech, Angelita Salles e Francisco Orlando da Silva.

6. Gabinete da Reitoria (GR):

O Presidente fez a sugestão de votação em bloco os itens **6.1.**, **6.2.** e **6.4.**, que foi aceita pelos conselheiros.

6.1. Processo: 23100.011931/2023-13. **Origem:** CPPD. **Objeto:** aprovar o ato 13/2025, assinado *ad referendum* do Conselho Universitário: alteração da composição do Campus Alegrete na Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), com a indicação do docente Telmo Egmar Camilo Deifeld para ocupar o cargo de representante titular em substituição ao docente Fábio Paulo Basso.

6.2. Processo: 23100.007879/2025-54. **Origem:** Campus Bagé. **Objeto:** aprovar o ato 14/2025, assinado *ad referendum* do Conselho Universitário: as datas de 04 a 06 de novembro de 2025 para a realização do Salão de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE) 2025, no Campus Bagé.

6.4. Processo: 23100.011195/2025-57. **Origem:** PampaTec. **Objeto:** referendar a indicação dos servidores Mauro Fonseca Rodrigues e Maicon Bernardino da Silveira como membros do Comitê Executivo do PampaTec, conforme § 2º do art. 13 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 18/2010, Regimento do Parque Científico e Tecnológico do Pampa – PampaTec.

Resultado: aprovados em bloco os itens **6.1.**, **6.2.** e **6.4.** Absteve-se o conselheiro Hélyvio Rech. Ausente no momento da votação a conselheira Angelita Salles.

6.3. Processo: 23100.026154/2022-12. **Origem:** PROPLADI. **Objeto:** apreciação de recurso de empresa que presta serviço no Restaurante Universitário do Campus Dom Pedrito, devido à rescisão unilateral do contrato por descumprimento de obrigações trabalhistas.

O Pró-reitor da PROPLADI, conselheiro Paulo Fernando Marques Duarte Filho esclareceu aos conselheiros que o recurso foi impetrado pela Empresa Michele Fazzini, que tinha contratos vigentes com quatro *campi*; que o recurso saiu por Dom Pedrito mas vale para Caçapava do Sul, São Gabriel e Jaguarão. Explicou que a rescisão foi unilateral por rompimento do objeto do contrato; que a empresa não vinha recolhendo obrigações trabalhistas e os salários estavam em atraso. Disse que a empresa contatou a Gestão para saber do pagamento das notas, mas que isso tem um ordenamento legal e estávamos com tudo dentro do prazo, mas, por ingerência da própria empresa, não conseguiu cumprir com suas obrigações trabalhistas e, deliberadamente, resolveu interromper os serviços alegando falta de pagamento e, anteriormente a isso, os próprios funcionários da empresa, por não estarem recebendo salário, pararam de trabalhar, comprometendo, assim, a segurança alimentar dos nossos estudantes nos quatro *campi*. Desta forma, a administração, depois de esgotadas todas as tentativas de soluções, com o apoio da Procuradoria Federal, decidiu pela rescisão unilateral e, por ser um recurso administrativo, chegou até este Conselho. Disse que o trabalho foi bastante célere, com a participação da PROPLADI, dos *campi*, da DGRU e PRODAE, onde a Divisão se encontra, para colocar novos contratos em atuação, a fim de reestabelecer a alimentação à comunidade discente e reforçou que o recurso é válido para as quatro Unidades (Dom Pedrito, Caçapava do Sul, Jaguarão e São Gabriel). Finalizou destacando que a empresa foi multada e que valores ainda a serem pagos deverão, com a ajuda da PF, organizar para que sejam depositados em uma conta em juízo, que servirá para pagar aos funcionários com salários em atraso. Não havendo mais manifestações, o Presidente colocou em votação: 1. **favoráveis** ao recurso encaminhado pela empresa ou 2. **desfavoráveis** ao recurso apresentado pela empresa.

Resultado: o recurso foi rejeitado com a abstenção do conselheiro Jeferson Goularte. Ausente no momento da votação: Angelita Salles.

6.5. Processo: 23100.011680/2025-21. **Origem:** Núcleo de Educação à Distância. **Objeto:** não adesão do Curso de Letras - Português à modalidade semipresencial, hoje no formato EAD do Campus Jaguarão.

Resultado: ponto excluído da pauta

7. Comissão Eleitoral Geral (CEG):

7.1. Processo: 23100.008832/2025-16. **Origem:** CPPD. **Objeto:** Edital de Eleição de representantes para a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

A conselheira Camila Richardt, Coordenadora da CEG, informou que a Comissão já encaminhou *e-mail* a todos os diretores para que iniciem a mobilização junto às Comissões Eleitorais Locais, a fim de atenderem ao Edital, se aprovado, e para provocarem seus pares a se candidatarem, uma vez que o histórico de eleição da CPPD é sempre de vagas vacantes.

Resultado: aprovado por maioria. Abstiveram-se os conselheiros: Gustavo Furr e Gabriel Barbosa. Ausente: Angelita Salles.

8. Comissão de Relações Universidade Sociedade (CR U-S): (votação em bloco)

8.1. Processo: 23100.005731/2025-85. **Origem:** Campus São Gabriel. **Objeto:** Acordo de Cooperação Técnica entre a UNIPAMPA e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **Parecer CRU-S:** favorável à aprovação.

8.2. Processo nº 23100.006336/2025-10 **Origem:** Campus Alegrete. **Objeto:** Acordo de Cooperação entre a UNIPAMPA e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Parecer CRU-S:** enviado à CRU-S em 16/06.

8.3. Processo: 23100.008125/2025-11. **Origem:** Campus São Gabriel. **Objeto:** Acordo de Cooperação entre a UNIPAMPA e a Prefeitura Municipal de Rosário do Sul. **Parecer CRU-S:** favorável à aprovação.

8.4. Processo: 23100.012984/2023-43. **Origem:** Núcleo de relacionamento com Fundações de Apoio. **Objeto:** renovação de autorização da Fundação Delfim Mendes Silveira (FDMA) como Fundação de apoio da UNIPAMPA, ratificação do relatório de gestão e aprovação da avaliação de desempenho da Fundação. **Parecer CRU-S:** favorável à aprovação.

8.5. Processo: 23100.012026/2023-72. **Origem:** Núcleo de relacionamento com Fundações de Apoio. **Objeto:** renovação de autorização da Fundação de amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU) como Fundação de apoio da UNIPAMPA, ratificação do relatório de gestão e aprovação da avaliação de desempenho da Fundação. **Parecer CRU-S:** favorável à aprovação.

8.6. Processo nº 23100.022594/2024-62. **Origem:** Campus Uruguaiana. **Objeto:** Acordo de Cooperação entre a UNIPAMPA e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). **Parecer CRU-S:** favorável à aprovação.

Resultado: aprovados em bloco por UNANIMIDADE os itens **8.1.** a **8.6.** Ausente no momento da votação: Angelita Salles.

9. Comissão de Regimentos e Normas (CRN):

9.1. Processo: 23100.008509/2023-72. **Origem:** CPPD/PROGEPE. **Objeto:** Alteração do ANEXO I da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 327, que Estabelece as diretrizes e a regulamentação para a promoção à Classe E, com a denominação de Professor Titular dentro do plano de carreira docente da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). **Parecer CRN:** favorável à aprovação.

9.2. Processo: 23100.009014/2025-22. **Origem:** Divisão de Governança. **Objeto:** Aprovar a nova Resolução de Política de Segurança da Informação (POSIN) e revogar a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 284, de 20 de outubro de 2020, que Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação e Comunicação no âmbito da Universidade Federal do Pampa. **Parecer CRN:** favorável à aprovação.

9.4. Processo: 23100.006759/2024-59. **Origem:** Setor de Gestão de Integridade. **Objeto:** Aprovar a Política de Integridade da UNIPAMPA. **Parecer CRN:** favorável à aprovação.

Resultado: aprovados por UNANIMIDADE os itens **9.1.**, **9.2.** e **9.4.** Ausentes no momento da votação os conselheiros: Angelita Salles e Gabriel Barbosa.

9.3. Processo: 23100.003385/2025-09. **Origem:** PROGRAD. **Objeto:** Alteração da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29, de 28 de abril de 2011, Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas. **Parecer CRN:** favorável à aprovação.

A conselheira Natália Chagas, representante da CSE, iniciou a explicação sobre o entendimento da Comissão Superior de Ensino em relação ao assunto, e o conselheiro Gabriel Augusto Fernandes Barbosa solicitou vista ao processo.

Resultado: Em razão de o conselheiro Gabriel Barbosa ter solicitado vista ao processo, o debate foi imediatamente interrompido.

10. Comissão Superior de Ensino (CSE):

10.1. Processo: 23100.009178/2025-50. **Origem:** Campus Dom Pedrito. **Objeto:** Proposta de Curso de Especialização em Gestão Escolar EAD/UAB. **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

10.2. Processo: 23100.023072/2024-88. **Origem:** Campus São Gabriel. **Objeto:** Proposta de Adesão ao Mestrado Profissional em Ensino de Biologia (PROFBIO). **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

10.3. Processo: 23100.010950/2025-86. **Origem:** Campus Jaguarão. **Objeto:** Alteração do Regimento do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu). **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

10.4. Processo: 23100.009200/2025-61. **Origem:** Campus Itaqui. **Objeto:** Proposta de Curso de Especialização em Sistemas Agroalimentares. **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

10.5. Processo: 23100.008756/2025-31. **Origem:** Campus Dom Pedrito. **Objeto:** Proposta de Curso de MBA em Soluções Climáticas e Inovação em Tecnologias Limpas no Bioma Pampa. **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

10.6. Processo: 23100.008244/2025-74. **Origem:** Campus Uruguaiana. **Objeto:** Proposta de Curso de Especialização em Educação Física Escolar. **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

10.7. Processo: 23100.007589/2025-19. **Origem:** Campus Uruguaiana. **Objeto:** Proposta de Curso de Especialização em Meditação e Valores Humanos nas Escolas - Educação do Coração. **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

10.8. Processo: 23100.008168/2025-05. **Origem:** Campus Uruguaiana. **Objeto:** Proposta de Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade. **Parecer CSE:** favorável à aprovação com as alterações sugeridas.

10.9. Processo: 23100.009174/2025-71. **Origem:** Campus Jaguarão. **Objeto:** Proposta de Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Turismo EAD/UAB. **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

Resultado: aprovados em bloco por UNANIMIDADE os itens **10.1.** a **10.9.**
Ausente no momento da votação a conselheira Angelita Salles.

11. Informações dos Conselheiros:

11.1. O conselheiro Juan del Aguila registrou preocupação em relação ao início do ciclo vegetativo reprodutivo das videiras no vinhedo experimental e, paralelamente a isso, inicia o ciclo de semeadura da soja. Explicou que, desde 2018, estão sofrendo intoxicação pela deriva do herbicida 2 4 D nas plantas, comprovada com laudo técnico coletado pela Secretaria de Agricultura do Estado. Disse que, além dos danos às plantas, ao ensino, dados econômicos, toda a região da campanha está sendo atingida por esse problema; que há denúncias de intoxicação por esse herbicida em áreas de campos nativos. O conselheiro solicitou mais proatividade por parte da Instituição, considerando o objetivo da UNIPAMPA de e em defender o desenvolvimento sustentável da região. Detalhou que esse herbicida somente beneficia a monocultura da soja quando é manejado de forma anti-técnica; explicou que não é contrário à cultura da soja, mas contra o uso errado dessa tecnologia de modo que inviabiliza outras culturas e atividades de diversificação como está acontecendo com a fruticultura. Ressaltou que a Universidade poderia realizar ações mais concretas em defesa da sustentabilidade da região. O Presidente agradeceu e disse que a manifestação foi pertinente.

11.2. O conselheiro Pedro Dorneles informou que foi apresentada ao Conselho de Campus do Campus Bagé a proposição de título Doutor *Honoris Causa* ao Dr. Tarso Genro, justificado pela atuação do governo federal na região à época da criação da UNIPAMPA, além do currículo na área política e judicial. Salientou que o mesmo já foi agraciado com títulos em outras universidades; que a proposta foi aprovada na última reunião do Conselho e que o processo será encaminhado à Reitoria ainda hoje.

11.3. O conselheiro Augusto de Freitas comunicou que estão finalizando a proposta de atualização de resolução a respeito do ingresso de estudantes do Segundo Ciclo dos cursos de bacharelado e licenciatura interdisciplinares da Universidade. Explicou que tiveram auxílio dos *campi* São Borja e Uruguaiana, que atualmente são os mais demandados para o segundo ciclo, mas que também buscarão contribuições das outras oito unidades acadêmicas.

11.4. Na sequência, o conselheiro José Guilherme Gonzaga disse, que junto ao informe, ia o convite, também de encontro à fala do conselheiro Juan, sobre a Audiência Pública que será realizada pelo Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos no dia 06 de outubro, na cidade de Bagé. Disse que essa Audiência tem por finalidade informar, receber informações, denúncias e propor encaminhamentos a respeito dos impactos do uso de agrotóxicos no Estado do Rio Grande do Sul como um todo e especialmente em relação aos municípios de Aceguá, Bagé, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul, Piratini, Rosário do Sul, Santana do Livramento e São Gabriel; que o convite já foi encaminhado ao GR e que é preciso um posicionamento da Universidade, pois é importante pensar em soluções alternativas, de forma que se elimine o veneno que atinge nossa

flora e nossa fauna. O Presidente agradeceu e disse que a Gestão está se organizando.

11.5. O conselheiro Gustavo Fuhr Santiago deu ciência de que encaminhou ao Gabinete a aprovação do Conselho de Campus do Campus Alegrete em apoio a uma iniciativa da Prefeitura da cidade referente à criação de uma fundação de apoio vinculada à UNIPAMPA para a execução dos projetos. Disse que a Prefeitura fará a doação de um imóvel e que a ideia em relação à parcela que cabe à fundação retorne para uso na região, ao contrário do que acontece atualmente com as outras fundações com quem a Instituição possui parcerias para execução de projetos.

11.6. O conselheiro Gabriel Barbosa questionou o diálogo entre as entidades do movimento estudantil e a UNIPAMPA em relação à participação dos alunos em congressos, ao que o Presidente informou terem dado apoio aos discentes em julho para participarem em Brasília, porém que a solicitação feita para participarem do evento em Santa Maria está difícil de atender em razão do transporte e das datas dos cronogramas, mas que a Gestão está sempre em contato com as lideranças estudantis.

12. Assuntos Gerais (Inclusões de pauta):

12.1. A conselheira Silvana Gritti solicitou a formação de um GT para trabalhar em modelos alternativos dos RUs. Disse que seria importante um grupo composto por todas as categorias e que é muito importante debaterem a partir das dificuldades que os restaurantes universitários estão enfrentando, entretanto, que a maioria dos RUs dos *campi* não tem os mesmos problemas enfrentados pelo Campus Jaguarão a partir desse modelo terceirizado; explicou que é importante fazer um estudo para que não fiquem reféns dessas empresas e consigam garantir o fornecimento de uma alimentação de qualidade aos alunos. Destacou que a situação é recorrente e que o histórico de vulnerabilidade dos discentes fica ainda mais afetado com essa insegurança alimentar, prejudicando muito o processo de ensinar e aprender. O Presidente disse que esse problema acontece frequentemente nas instituições *multicampi*, principalmente nas que possuem *campus* no interior dos estados, mas que os debates na ANDIFES acontecem para buscarem soluções positivas. Disse que a Gestão está sempre atenta e que a informação é que hoje a situação foi resolvida; também ressaltou que quando não há oferta de RU na Unidade, todos os alunos em situação de vulnerabilidade são automaticamente atendidos por um subsídio pecuniário que consideram baixo, mas que decorre da situação orçamentária e financeira do PNAES, que vem sendo repassado às instituições e que as instituições estão colocando recursos de custeio para atenderem o mínimo da assistência estudantil. Deu ciência aos conselheiros de que, na semana passada, foi aprovado no Câmara, no Senado e já sancionado pelo Presidente, o uso do fundo do pré-sal para ação de assistência estudantil, cuja perspectiva é muito positiva, haja vista que, por uma avaliação inicial, os recursos praticamente dobrariam. Entretanto, que não foi possível entrar no PLOA e na LOA de 2026; enquanto isso buscam aperfeiçoar os termos de referência para que essa assistência seja mantida na forma de distribuição do alimento não preparado. Lembrou que hoje, praticamente, inexitem universidades com RUs próprios, em sua grande maioria a alimentação é fornecida através de contratos com empresas terceirizadas. Também

comentou que irão estimular as empresas contratadas para adquirirem os produtos da agricultura familiar, a exemplo do que acontece hoje com a educação básica; que embora não exista uma lei para isso, poderá ser uma política adotada pela UNIPAMPA, porém, que exigirá uma fiscalização eficiente, fomentando o desenvolvimento local e de pequenos produtores; que um dos caminhos é via Emater como certificadora dos produtos e com quem já estão conversando. O Presidente também ressaltou que essas discussões estão sendo amplamente realizadas com as Unidades Acadêmicas e com a Comissão Permanente de Política e Assistência Estudantil (CPPAE); que não vê problema na formação do GT, mas que é importante destacar que essas discussões são frequentes. Manifestaram-se também os conselheiros Juan del Aguila, José Guilherme Gonzaga e a Pró-reitora da PRODAE, Honória Ferreira, que explicou a aplicação do "Termo de Referência" utilizados nos quatro *campi* que estão sendo licitados e, com relação ao GT, destacou que é importante discutir novas possibilidades, muito embora estejam sempre em contato com os *campi* e com a PROPLADI, há muitas barreiras legais que impedem o atendimento de muitas boas ideias que são apresentadas. Comentou que algumas empresas não possuem a documentação e os requisitos necessários pra assumirem o RU de Jaguarão, portanto, que o problema não é o "TR", muito pelo contrário; que buscaram saber o motivo de as empresas aptas não assumirem o restaurante universitário dessa Unidade e que a justificativa foi pelo fato de o *campus* ficar em uma região geograficamente distante das empresas, o que onera bastante a logística para o atendimento. Informou que hoje foram comunicados que existe uma empresa interessada e, por todos os motivos já conhecidos, a contratação será feita com a dispensa de licitação. Finalizou reforçando que o diálogo é sempre bem-vindo e que a formação do GT irá contribuir com novas ideias e, a partir daí, que muitos passarão a entender as limitações, não só legais mas também financeiras; que não basta a ideia ser fantástica se legalmente não é possível o atendimento. O Presidente concordou com a importância do grupo de trabalho como forma de a discussão não ficar restrita somente a um pequeno grupo, muito embora as equipes diretivas acompanhem os debates e auxiliem bastante, a maioria dos conselheiros só toma conhecimento do assunto na sessão e disse que está bem otimista para o próximo ano com a concretização de uso do fundo do pré-sal. Como encaminhamento, o Presidente solicitou que as Unidades indiquem, para a composição do GT, um membro da equipe diretiva e mais um membro, um como titular e outro como suplente; também com a participação da PRODAE, do CONSUNI. Inscreveram-se para participar do GT os conselheiros: Nathália Martins, Gabriel Barbosa, Francéli Brizolla, Honória Ferreira, Paulo Fornasier e José Guilherme Gonzaga.

12.2. Na sequência, o conselheiro Régis Paranhos, que havia incluído a definição de uma data para apresentação das novas normas eleitorais, fez uma explanação sobre o trabalho da CENNE. O Presidente sugeriu o dia 18 de setembro com a concordância do conselheiro Régis, falando pela Comissão. A conselheira Cheila Stopiglia comunicou que, nesta data, já tem agendada uma reunião às 8 horas e 30 minutos entre a Reitoria, as pró-reitorias, e a Gestão do Campus Uruguiana com a Comissão de Acompanhamento e

Monitoramento de Escolas Médicas (CAMEM), de forma que, se for marcada uma RE, esta última deverá ser agendada para o fim da manhã ou para o início da tarde. O Presidente comunicou que ainda não havia sido informado dessa agenda e solicitou que a conselheira fizesse o encaminhamento. Após debaterem e com a anuência dos conselheiros, o Presidente definiu a data da RE para o dia 22 de setembro, no turno da tarde.

12.3. O conselheiro Juan del Aguila solicitou esclarecimentos sobre o concurso para preenchimento de vagas TAEs. O Presidente deu ciência de que, semanalmente, está se reunindo com a PROGEPE para tratar dos concursos e também com a COINFRA para tratar das obras, principalmente as obras do PAC e que esses dois temas são de grande relevância para a Instituição. Explicou que estão em uma fase dos concursos de restrições de informações; que a empresa já está escolhida e que é possível que o edital seja lançado em setembro e a prova seja aplicada na primeira semana de dezembro, com a expectativa de nomeação dos aprovados em fevereiro de 2026. O conselheiro Daniel Viegas corroborou a informação, acrescentando que estão finalizando a contratação da empresa para a publicação do edital. O Presidente estendeu a informação de que o contrato também é inovador, uma vez que a empresa não está sendo contratada para um ato único; que, à medida que novas vagas forem surgindo, poderá elaborar editais secundários e aplicar novas provas sem necessidade de aguardarem longos períodos por concursos, dinamizando a força de trabalho. Ressaltou que estão com expectativa de liberação de mais vagas e que os diretores foram informados disso e também têm conhecimento do andamento das obras.

12.4. Sobre a questão orçamentária, questionamento feito pelo conselheiro Juan del Aguila, o Presidente informou que os recursos estão sendo repassados às Unidades, porém sem reajustes, de acordo com a Matriz OCC de cada *campus* e que procuram manter esse compromisso pela relevância disso para as Unidades Acadêmicas. Explicou que há 3 anos saíram do Gabinete com um orçamento de um milhão e meio de reais, no ano passado baixou para seiscentos mil reais e este ano estão tentando reduzir para quatrocentos mil reais; que buscam restringir muito a fim de cumprir com compromissos que consideram mais importantes. Salientou que a situação é delicada, mas que o assunto será levado à próxima reunião da ANDIFES, destacando que a atual gestão tem como Vice-presidente o Reitor da UFFS e que estão muito próximos do governo federal a partir da nomeação do novo Secretário de Educação Superior do MEC, o ex-reitor da UFJF, Marcus David, pois há tempos não tinham um secretário na SESu que tivesse sido reitor, uma pessoa conhecedora dos problemas e anseios, que são praticamente os mesmos em todas as IFES. Comentou a aprovação, na Câmara dos Deputados, de um projeto de lei que prevê dar sustentabilidade orçamentária às instituições, fixando em 2,5% (dois e meio por cento) acima do índice da inflação a reposição anual, saindo das discussões do PLOA e da LOA, as instituições já saberiam o valor do seu orçamento para o ano seguinte. Disse que o assunto orçamentário é importante e, embora sejam tratados nos *campi*, a Reitoria sempre tenta solucionar quando chegam essas demandas, obviamente, sempre em consonância com as direções de cada Unidade. O conselheiro Juan agradeceu e disse que queria registrar estarem vivendo uma crise na parte do ensino, haja vista não conseguirem

trabalhar a parte prática das disciplinas. Deu como exemplo o curso de Enologia que é teórico-prático, que, sem a prática, perde na qualidade. O conselheiro também comentou o orçamento e a qualidade do ensino nas universidades estaduais paulistas e que deveriam servir de exemplo. O Presidente agradeceu e disse que trazer esta pauta foi muito importante, porém que só a USP, que é estadual, tem um orçamento anual quase igual ao orçamento destinado a todas as universidades federais, uma realidade que é impossível de se comparar, entretanto, prova que investir em educação é sucesso total no processo de formação. Na sequência, o Pró-reitor da PROPLADI, Paulo Fernando Marques Duarte Filho também falou da pertinência da pauta; que não podemos mais nos considerar uma universidade tão nova, e, por isso, já temos problemas com laboratórios didáticos e ressaltou que o Reitor está ciente do assunto. Informou que há uma comissão na ANDIFES, formada para tratar da recomposição do orçamento para manutenção e melhoria dos laboratórios de graduação. Disse que, como docente, também sente dificuldade com consumíveis na parte prática das aulas, e que, em relação às falas do conselheiro Juan, dentro das possibilidades, buscam dar atendimento; que a Universidade tem quase 70 cursos de graduação e cada um com suas especificidades; que isso é um trabalho coletivo e para uma compra pública é preciso passarem por várias etapas, por isso a importância de planejamento de cada curso do *campus*; por isso a parceria no sentido de elaborarem os processos de materiais imprescindíveis para as atividades práticas do ano seguinte, que o orçamento é outra questão; que realmente é necessário atualizarem os orçamentos assim que possível, mas que a distribuição do orçamento dentro de cada Unidade é responsabilidade da gestão do *campus* definir as prioridades; que as boas práticas das unidades precisam ser compartilhadas e, com isso, a Gestão buscará o atendimento dessas demandas. O Presidente comentou a manifestação da conselheira Nádia Bucco via *chat* da reunião sobre o gargalo institucional no sistema de compras; o Presidente disse que, em razão da força de trabalho, isso tem sido limitante, mas que concorda que há necessidade de aperfeiçoamento. Na sequência o conselheiro José Guilherme Gonzaga elogiou o modo como a questão orçamentária está sendo tratada como "um todo" nas palavras do conselheiro, mas questionou como a Instituição está se mobilizando enquanto sociedade. Disse que é preciso verificarem as prioridades da própria sociedade, fazerem uma campanha que debata o orçamento público e o interesse da educação junto a essa sociedade. Reforçou que é preciso ocuparem lugar nas mídias defendendo a educação. O Presidente explicou que estão sempre se articulando enquanto Instituição, grupo, FORIPES-RS e enquanto ANDIFES; que é um debate importante e comentou que, durante a posse das reitoras na semana passada, o Ministro da Educação fez um discurso fantástico em defesa da educação e muito lúcido sobre as necessidades das IFES, por isso acredita que podem sim continuar melhorando; que, em relação ao governo anterior, já aconteceram muitas melhorias, tanto em relação à valorização profissional, quanto às instituições que tiveram recuperações de investimentos (PAC), mas que, ainda precisam de um olhar mais profundo.

Às 11 horas e 40 minutos o conselheiro Alexandre Villas Bôas informou a necessidade de ausentar-se da reunião.

O Presidente agradeceu a todos e comunicou que em momento oportuno todos serão informados sobre o uso ou não das vestes talares na Sessão Especial que acontecerá no dia 24 de outubro.

Nada mais havendo a tratar, às 11 horas e 55 minutos, foi encerrada a Reunião e redigida a presente Ata, assinada pelo Presidente, Professor Edward Frederico Castro Pessano, e por mim, Sara Mascarenhas Tarasuk, Secretária Executiva, Assessora Especial do CONSUNI. Esta Ata foi redigida de acordo com a Resolução nº 308/2021 - Regimento do CONSUNI.

Esta Reunião está gravada e disponível para consulta em: [124ª Reunião Ordinária CONSUNI/UNIPAMPA](#).

Edward Frederico Castro Pessano,
Presidente do CONSUNI.

Sara Mascarenhas Tarasuk,
Secretária Executiva,
Assessora Especial do CONSUNI,